

LEVY E OS OUTROS

A PERMANÊNCIA DO MINISTRO
DA FAZENDA EXPÕE UM JOGO
DE INTRIGAS E TRAIÇÕES

por ANDRÉ BARROCAL

JOAQUIM LEVY é um ministro da Fazenda cada vez mais isolado. Não consegue emplacar um ajuste fiscal da magnitude desejada, dada a resistência no próprio governo e às “pautas-bombas” no Congresso. Mesmo assim, as medidas adotadas até o momento por sua orientação amplificaram a recessão e o desemprego. Integrantes da base aliada no Parlamento pedem sua cabeça, enquanto, em São Paulo, um grupo de entidades faz circular na praça um libelo contra a política econômica. Não à toa, o presidente do Banco Mundial, Jim Yong Kim, afirmou há pouco que Levy “está em um dos empregos mais difíceis do mundo”.

Não bastassem as reticências às suas ideias, o ministro tornou-se alvo de uma desconfiança de outra natureza. Joga a favor ou contra o governo e o País? Em gabinetes governamentais, há gente cismada especialmente com a proximidade de Levy com um brasileiro radicado em Washington há 35 anos. Proximidade constatada por funcionários públicos sem filiação partidária. Na capital norte-americana, Paulo Sotero foi correspondente de *O Estado de S. Paulo*, da *IstoÉ* e da finada *Gazeta Mercantil*. Hoje é professor-adjunto da Escola de Assuntos Internacionais da Universidade George Washington. E diretor do Instituto Brasil do Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos, um dos inúmeros *think tanks* de Washington.





Barbosa, com aval de Dilma, teria armado um "xeque-mate"

Levy se apoia, porém, em forças fora de Brasília

Em círculos governistas desconfia-se, porém, que Sotero mantenha relações ambíguas com órgãos de inteligência dos Estados Unidos que extrapolariam aquelas derivadas do exercício do jornalismo. Entre certas autoridades brasileiras, o jornalista é visto como um detrator do Brasil no exterior. Eis o motivo para a relação de Levy com Sotero chamar a atenção e preocupar setores dentro e fora de Brasília.

Por motivos públicos e privados, o ministro é assíduo frequentador de Washington, onde morou durante sua passagem pelo Fundo Monetário Internacional. Ele decidiu reaproximar o Ministério da Fazenda do FMI após o distanciamento estabelecido nos tempos do antecessor Guido Mantega. Sua esposa e filhas residem na capital dos EUA. Levy passou lá o Carnaval e ao cabo do feriado participou de um evento com empresários organizado pelo instituto de Sotero. Quando Dilma Rousseff fez uma visita oficial a Barack Obama, em junho, o ministro estava na comitiva e permaneceu na cidade para um tratamento de saúde depois da partida da presidenta. Em agosto, tirou uma licença de cinco dias e viajou até Washington para se despedir de uma filha que passaria uma temporada na China.

Em algumas das viagens, Levy chegou a ser recepcionado por Sotero ainda no aeroporto e manteve com o jornalista conversas longas e reservadas. Circunstâncias descritas em círculos brasileiros do poder como incompatíveis com a postura de um ministro de Estado em viagem a outro país. Ainda mais por ser tratar de um funcionário detentor de informações estratégicas sobre o Brasil.

O jornalista tem sido defensor e porta-voz de Levy tanto no Brasil quanto nos EUA. Em dezembro de 2014, em um artigo em *O Estado de S. Paulo*, saudou a escolha do novo comandante da Fazenda e previu: "Se depender da vontade de Jo-

aquim Levy, as relações entre o Brasil e os EUA ganharão qualidade". Em abril, em um texto no site norte-americano Huffington Post, classificou Levy como "um promotor-chave dentro do governo de uma relação mais produtiva e consequente com os Estados Unidos".

Em junho, após uma das reuniões de Levy com representantes do FMI em Washington, disse à BBC Brasil que o ministro tenta encerrar uma "crise de confiança" entre o Brasil e o organismo que emergiu na gestão Mantega. E elogiava o esforço com uma referência que denotava intimidade: "Deve-se estar em contato permanente, não perder nenhuma oportunidade de alimentar a confiança, e é isso o que o Joaquim está fazendo".

Sua última tacada a favor do ministro foi dada logo após a polêmica proposta de Orçamento de 2016. O projeto foi ao Congresso em 31 de agosto com uma previsão de déficit de 30 bilhões de reais. Levy era contra enviar a proposta daquela maneira. Queria tapar o buraco com novos cortes de despesas. Esbarrou, porém, no ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, contrário a tesouradas extras, que poderiam, segundo este, comprometer o funcionamento da máquina federal. Em 9 de setembro, no artigo "Crise no Brasil leva a impasse sem fim à vista", difundido por seu Instituto Brasil, Sotero escreveu que Levy teve de "suportar a humilhação" de um Orçamento deficitário e ver suas propostas "sabotadas por colegas de gabinete".

CartaCapital tentou ouvir Sotero em Washington, mas foi informada de que o jornalista estava em viagem ao Brasil. Também tentou contato por e-mail e celular, mas não conseguiu localizá-lo até a conclusão da reportagem. Procurado por meio da assessoria do Ministério da Fazenda, Levy não se pronunciou sobre sua relação com o jornalista.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS E EVARISTO SAIA/FP

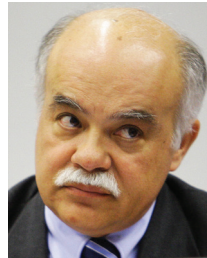


REPORTAGEM DE CAPA

Outras desconfianças pairam sobre Levy. Há uma suspeita em Brasília, alimentada por rumores no “mercado”, de que o rebaixamento da nota de crédito do País pela agência Standard & Poor’s tenha contado, ao menos, com a simpatia do ministro, em uma suposta estratégia para fortalecer sua posição no governo.

Das três gigantes do ramo, a S&P é com quem Levy mantém melhores relações. No comunicado sobre a retirada do selo de bom pagador conferido em 2008 ao Brasil, a agência apontou dificuldades políticas de implantar o ajuste fiscal como uma das mais fortes razões, em sintonia com a posição do ministro. Disse mais: “O Orçamento proposto (*para 2016*) nos sugere um enfraquecimento da coesão do gabinete da presidente Dilma Rousseff”. Curiosidade: a decisão foi anunciada no mesmo dia da publicação do texto em que Sotero fala da “sabotagem” contra Levy.

A revisão da nota do Brasil pela S&P naquele momento não estava no calen-



Sotero, o amigo do ministro, incomoda alas do governo



O rebaixamento da nota do Brasil fortaleceu a posição de Levy

O ajuste aprofunda a recessão e ceifa postos de trabalho

dário da agência. Levy soube da decisão antes e não informou Dilma Rousseff. O Palácio do Planalto passou a tarde à espera de um pronunciamento do ministro em defesa do País a emissoras de tvê. Em vão. Por orientação da presidenta, Barbosa atendeu de improviso os jornalistas no início daquela noite.

No dia seguinte, Levy daria uma entrevista coletiva na sede no Ministério da Fazenda. Na conversa com jornalistas, classificou a decisão de “política” e

expressou uma visão utilitária. Segundo ele, a S&P também agira politicamente ao cortar o *rating* dos EUA em 2011, durante uma queda de braço entre a Casa Branca e o Congresso a respeito do teto da dívida pública. À época, teorizou, a notícia forçou um acordo entre democratas e republicanos. A história se repetiria aqui? O ministro da Fazenda aparentemente pensa que sim. Na entrevista, disse que o rebaixamento era “um sinal de alerta bastante importante” e talvez gerasse “um

MUDA A CASA CIVIL, ENGORDA O PMDB, DEFINHA O PT

Dilma Rousseff enfim cedeu à pressão. Aloizio Mercadante deixará o comando da Casa Civil, órgão responsável por gerenciar as principais ações do governo. Seu provável substituto seria outro petista, Jaques Wagner, atual ministro da Defesa. Ponto para Lula, defensor da mudança desde a montagem da equipe do novo governo. O ex-presidente reclamava da inabilidade política de Mercadante.

O ex-senador não tinha ninguém que defendesse a sua permanência no PT e no PMDB, os dois maiores parti-

dos governistas. Ao contrário. Ambos faziam coro unânime em favor de sua demissão, pelas mesmas razões de Lula, basicamente. No caso dos peemedebistas, uma agravante. Para eles, Mercadante era um ministro determinado a trabalhar e a influenciar Dilma para enfraquecer a sigla. Nada que interesse à presidenta no momento em que remonta a equipe para derrotar tentativas de *impeachment*.

No redesenho da Esplanada dos Ministérios, o petista Arthur Chioro, da Saúde, foi informado pela presidenta na terça-feira 29 que teria de desocupar o cargo, prometido

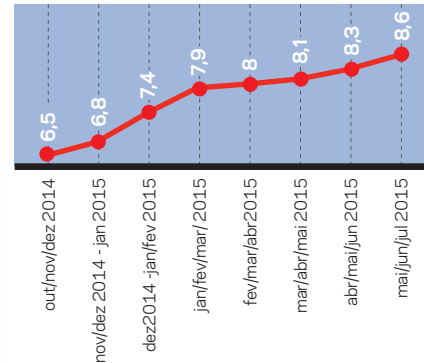
ao PMDB. Recebeu a notícia por telefone. A mandatária ficou contrariada com o esforço feito por Chioro para tentar sobreviver no cargo, com entrevistas e estímulo a protestos na internet contrários à nomeação de um peemedebista. O novo gestor do maior orçamento federal seria anunciado na sexta-feira 2, após uma última rodada de negociações de Dilma acompanhada por Lula e caciques do principal aliado.

O filósofo Renato Janine Ribeiro recebeu um tratamento presidencial diferente daquele dispensado a Chioro. Foi chamado ao Palácio do Planalto na quarta-feira 30 para



SÓ O DESEMPREGO SOBE

Taxa de desocupação, em %*



*Trimestre móvel / Fonte: IBGE

estímulo adicional”. Dúvida: seria um estímulo para a prevalência de suas ideias?

Em setores do governo, acredita-se que o rebaixamento foi o ápice de um plano de Levy para dar a volta por cima após a derrota na proposta orçamentária de 2016. O ministro encarava a elaboração do projeto como “o momento da verdade”. Naquele instante, o Palácio do Planalto reafirmaria a política de austeridade, posta em dúvida desde a revisão das metas fiscais de 2015, em julho. Já o colega Barbosa enxergava

no projeto a chance de uma reviravolta. A adoção de uma estratégia gradual de equilíbrio das contas federais, sem novos cortes imediatos de despesas públicas capazes de ampliar a recessão econômica e de desfigurar o governo. O rombo de 30 bilhões de reais seria a senha da transição, um reconhecimento do insucesso da austeridade. Dilma fechou com Barbosa e estava disposta a administrar um eventual pedido de demissão de Levy. Mas recuou, graças a alguns movimentos do titular da Fazenda.

Pouco a pouco, Levy contribuiu para criar um clima de terrorismo financeiro e colocar o governo sob pressão do “mercado”, com o qual identifica-se filosoficamente. Um dia após a divulgação do Orçamento deficitário, ele participou de uma audiência pública na Câmara, em que chamou o rombo de “desastre”. Sutilmente, insinuou que a situação do Brasil poderia evoluir a ponto de repetir os anos 80, quando houve calote na dívida. E criticou a “ambiguidade”

1.



ser demitido pessoalmente pela presidenta. O posto será o prêmio de consolação de Mercadante, que ocupou o posto entre 2012 e 2014 e agora terá a missão de tocar o projeto-símbolo do atual governo, o Pátria Educadora. Janine Ribeiro esquentou a cadeira por cinco meses. Foi a

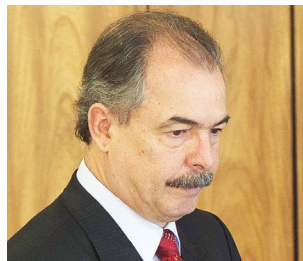
2.



segunda substituição na pasta desde janeiro.

Com a reforma ministerial desenhada nos últimos dias, Dilma reduzirá o espaço do PT no governo e ampliará o do PMDB, apesar das queixas de certos petistas. Com isso, tornou mais difícil o sonho dos radicais oposicionistas de apro-

3.



var na Câmara dos Deputados a criação de uma comissão especial para discutir a abertura de um processo de *impeachment*. O plano opositor de arrancar uma decisão sobre o processo na primeira quinzena de outubro ficou adiado até ser possível identificar, entre os governistas, aqueles ressentidos com a mandatária

1. Chioro foi demitido por telefone 2. Jaques Wagner é o mais cotado para substituir Mercadante 3. O ex-chefe da Casa Civil vai voltar para o Ministério da Educação

após a mexida na Esplanada dos Ministérios.

De acordo com dois deputados petistas, a crise política exigia uma solução mais imediata, pois estava em jogo o mandato de Dilma. Na economia, os problemas são de natureza mais duradoura e não serão resolvidos do dia para a noite. Encorpada em sua base parlamentar, a presidenta talvez consiga virar a página do ajuste fiscal.

DIDA, SAMPAIO/ESTADÃO; CONTEÚDO: STAN HONDA/AFIP, NELSON ALMEIDA/AFIP, MARCELO CAMARGO/AFIP, JOSÉ CRUZ/AFIP E WILSON DIAS/AFIP



REPORTAGEM DE CAPA

do governo, uma alfinetada em Barbosa.

Na noite seguinte, participou de um jantar em São Paulo com empresários e conseguiu que um dos participantes telefonasse para Dilma e fizesse uma declaração de apoio ao ministro em nome do grupo. Mais alguns dias se passaram e a S&P rebaixou o Brasil, medida com a qual “muita gente ganhou dinheiro”, segundo um senador. A presidenta sentiu o baque e mandou a equipe econômica apresentar sugestões para transformar o buraco em uma sobra de 34 bilhões de reais.

CartaCapital pediu esclarecimentos a Levy sobre sua postura no episódio do corte do rating e o jantar com empresários, mas não obteve resposta. Em conversas particulares, o ministro mostrou-se incomodado com o que lhe pareceu uma tentativa de Barbosa de tomar as rédeas da política fiscal. Formular tal política seria atribui-

Pochmann, Belluzzo e outros intelectuais defendem mudanças na política econômica



ção da Fazenda, não do Planejamento, a quem caberia apenas a execução. O titular da Fazenda tentou evitar a todo custo que no “mercado” se consolidasse a impressão de que Barbosa estava no comando. E para cacifar-se perante o Planalto, agiu conscientemente em busca de respaldo fora do

governo. Em um jantar, conta uma testemunha, disse que permanecerá no cargo “enquanto tiver apoio em setores da sociedade e da presidenta”. No relato de um conhecedor do ministro, ele não demonstra disposição para abandonar o cargo. Não sem antes obter alguma vitória simbóli-

A SUÍÇA TAMBÉM INVESTIGA EDUARDO CUNHA

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

As más notícias para Eduardo Cunha, presidente da Câmara, não brotam apenas do gabinete em Brasília do procurador-geral da República. A Justiça suíça informou às autoridades do País ter bloqueado quatro contas suspeitas do parlamentar e familiares com saldo de 5 milhões de dólares. O bloqueio reforça as denúncias de João Henriques, um dos supostos lobistas do PMDB no esquema investigado pela Lava Jato. Henriques afirmou ter depositado a propina destinada a Cunha em um banco do país europeu.

A conta pode ser a primeira prova material do envolvimento do peemedebista no escândalo. Até o momento, as principais

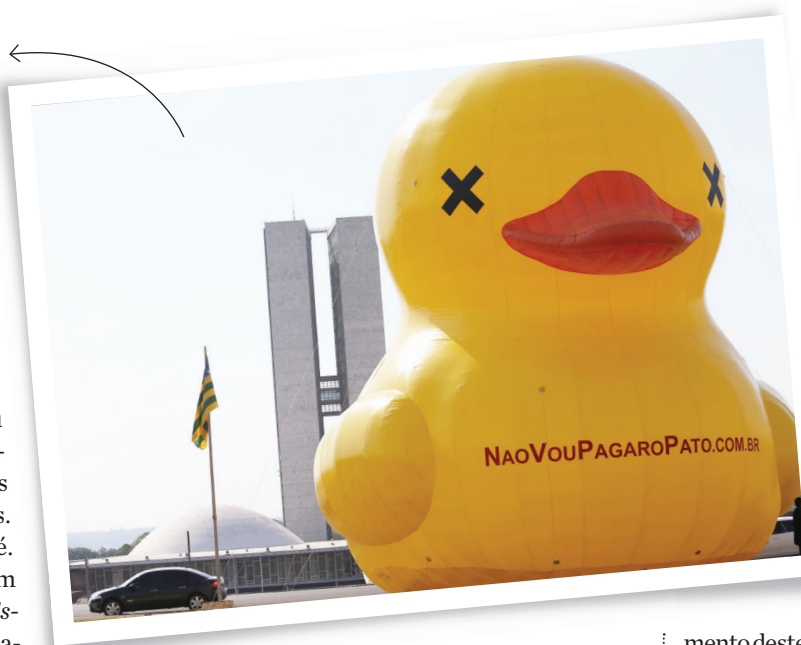
peças de acusação contra o parlamentar eram baseadas em delações premiadas. Coincidência ou não, Cunha acaba de desistir de uma viagem à Itália. Alegou um compromisso no Brasil, o casamento de Romero Jucá. Talvez tenha adiado o tour para evitar um constrangimento inesperado. Um pedido de prisão emitido na Suíça poderia ser cumprido em qualquer parte da Europa. Tática semelhante foi adotada por Marco Polo Del Nero, presidente da Confederação Brasileira de Futebol, suspeito de integrar a quadrilha investigada pelo FBI. Com medo de ser detido, Del Nero não tira os pés do País.

Preso durante a 19ª fase da Operação Lava Jato, Henriques disse ter feito o depósito em uma conta na Suíça do





Os empresários estão afinados com o ministro: mais cortes, nada de impostos



ca para lustrar o currículo.

O ministro testa os limites. Nos últimos dias, enfatizou um tema desconfortável para Dilma, os cortes orçamentários. Souo provocador, até. Na terça-feira 29, em evento do jornal *O Estado de S. Paulo* na capital paulista, defendeu

“cortar olhando com realismo, sabendo as mudanças profundas que certas economias vão requerer. Se não, é apenas espuma”. Na véspera, em entrevista ao jornal *Valor*, afirmou: “Temos rapidamente de fazer mais contenção nos gastos”. Num dia, citou explicitamente o *default*, o calote dos anos 80, ao comentar a situação atual. No outro, voltou a falar em “ambigüidade fiscal”. Para um colega de governo, Levy se inviabilizará no cargo

caso insista na toada dos cortes. Para outro, é hora de ele mostrar o mesmo empenho para elevar a arrecadação.

De acordo com dados do Ministério do Planejamento, as medidas tomadas pelo governo tiraram cerca de 130 bilhões de reais do Orçamento deste ano e vão eliminar outro tanto no caixa de 2016. As despesas discricionárias, aquelas que o Planalto pode manejar conforme suas prioridades políticas, voltarão no próximo ano a ter o mesmo peso no PIB que tiveram em 2010. Segundo o Ministério da Saúde, se o próximo Orçamento for aprovado tal qual proposto, a partir de outubro de 2016 não haverá mais dinheiro para os atendimentos de média e alta complexidade na rede pública.

Com a recessão causada pelo ajuste fiscal e os juros do Banco Central, a

LEVY COMPAROU A SITUAÇÃO ATUAL AOS ANOS 80, ÉPOCA DO CALOTE

NILTON FUKUDA/ESTADÃO CONTEÚDO, JORGE WILLIAM/AG. O GLOBO E VANESSA CARVALHO/BRAZIL PHOTO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

presidente da Câmara a pedido de Felipe Diniz, filho do falecido deputado Fernando Diniz. O pagamento, afirmou, derivava da propina paga por um contrato da Petrobras em Benin, na África. Segundo o lobista, após ser apresentado a um empresário dono de uma área de exploração de petróleo nesse país africano, foi firmado um acordo entre os dois para vender o campo à Petrobras. A estatal pagou 15 milhões de dólares pelo negócio. O tal empresário e Henriquez dividiram meio a meio o valor.

Henriques diz ter tomado conhecimento de que a conta pertencia a Cunha há cerca de dois meses. O lobista afirmou não conhecer o deputado pessoalmente e não saber o motivo de Diniz ter solicitado que o

dinheiro fosse depositado na conta do parlamentar.

A força-tarefa estima que o lobista distribuiu cerca de 31 milhões de dólares em propinas relacionadas à aquisição do navio-sonda *Titanium Explorer*. Henriquez foi o quinto investigado na operação a citar o nome de Cunha. Júlio Camargo e Fernando Baiano já haviam afirmado que o parlamentar recebeu 5 milhões de dólares por causa de outro contrato de aluguel de navios pela Petrobras. O doleiro Alberto Youssef também o relacionou entre os beneficiários do esquema. De acordo com ex-gerente da estatal Eduardo Musa, coube a Cunha a palavra final na indicação de Jorge Zelada para o cargo de diretor da Área Internacional da petroleira.

Cunha recusou-se a confirmar se tem ou não uma conta na Suíça, segundo ele para não “cair em armadilhas”. Em sua conta no Twitter, o deputado desmentiu com “veemência” ter recebido qualquer tipo de propina e que, por orientação de seu advogado, não iria se manifestar sobre o tema, inclusive por não ter tido acesso ao inteiro teor dos depoimentos. O deputado foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a acusação, Cunha teria usado, entre outros canais, a Assembleia de Deus, igreja à qual é ligado, para receber dinheiro sujo do esquema da Petrobras. Em outros tempos, o peemedebista já teria sido obrigado a renunciar à presidência da Câmara.

O presidente da Câmara tem condições morais de se manter no cargo?

economia acusa o ba-
que. Pagam os traba-
lhadores. De dezem-
bro a agosto, o desem-
prego subiu de 4,3%
para 7,6%. Um levanta-
mento mais abrangente
feito pelo mes-
mo IBGE e divulgado
na terça-feira 29 reve-
la que, em julho, a taxa
chegou a 8,6%. Algu-
mas projeções apon-
tam uma desocupação
entre 10% e 12% no ano

que vem, patamar parecido com aquele do início do governo Lula. “A política econômica é um fracasso retumbante. Podemos perder em um ano e meio tudo o que foi conquistado em 12 anos. Vejo risco de convulsão social”, diz o senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro.

O temor de retrocesso social é um dos principais combustíveis por trás de um documento que pede mudanças imediatas na política econômica, lançado por um grupo de entidades na segunda-feira 28 em São Paulo. Entre elas, a Fundação Perseu Abramo, órgão de estudos do PT, sinal de como anda o humor do partido em relação aos rumos do governo.

Segundo seus autores, o ajuste fiscal conduzido por Levy e companhia provou ter falhado em seus objetivos. Não conseguirá atingir suas metas fiscais originais ou conter a alta da dívida pública, como se sabe desde julho. Na quarta-feira 30, estatísticas mensais do Banco Central revelaram um rombo de 7 bilhões de reais em agosto e de 1 bilhão no acumulado desde janeiro, obra de uma arrecadação em queda livre por causa da recessão. Para o ano, a meta é um superávit de 8 bilhões.

A solução, segundo os autores do documento, é um ajuste por meio do crescimento do PIB e não da recessão. Para



O Congresso ainda não encerrou o capítulo dos vetos presidenciais

A BASE ALIADA ANDA IRRITADA COM O MINISTRO

pagar as contas e as políticas públicas, o Estado precisa recompor sua capacidade de investir, ou seja, voltar a coletar impostos, algo dependente da geração de emprego, renda e consumo. Nada disso seria alcançado com cortes de despesas. Ao contrário. Seria preciso gastar mais e usar a capacidade de ação estatal para empurrar o setor privado a investir. Entre as medidas sugeridas estão a redução da taxa de juros do Banco Central, o reforço dos investimentos públicos, o combate à sonegação tributária, o fim da isenção de Imposto de Renda para lucros e dividendos por sócios ou donos de empresas e manutenção dos programas sociais. Os empresários, por outro lado, rejeitam o aumento da carga tributária, como demonstra uma campanha capitaneada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Durante o lançamento das propostas, o presidente da Fundação Perseu Abramo e ex-presidente do Instituto de Pesquisa

da Fazenda é crescente em Brasília. De início uma reserva de certa boa vontade com ele, o PMDB do Senado perdeu a paciência. Ex-líder dos governos Fernando Henrique e Lula na Casa, Romero Jucá não cansa de repetir que Levy só fala em cortes, cortes e mais cortes. O líder do PDT no Senado, Acir Gurgacz, subiu recentemente à tribuna da Casa e disparou: “A política econômica do governo já foi. Está na hora de mudar inclusive de ministro”. Na Câmara, o líder do PSD, Rogerio Rosso, sugere férias a Levy, o líder do PT, Sibá Machado, pede sua demissão, enquanto um vice-líder do governo aponta a falta de traquejo político do ministro numa hora em que a política é essencial.

Durante um jantar com líderes e dirigentes do PCdoB dias atrás, Dilma Rousseff foi confrontada com a ideia de trocar o comando da Fazenda. Um dos presentes descreveu a reação da presidenta como “impassível”. Na abertura da Assembleia-Geral anual da ONU na segunda-feira 28, ela discursou sobre os rumos do País e não deu sinais de inflexão. Insistiu que o Brasil vive uma travessia e garantiu: “O processo de inclusão social não foi interrompido”. Com tantas rusgas e desconfiças, não se entende por que Levy parece fazer questão de continuar no cargo. E por que Dilma parece fazer questão de mantê-lo. ●

VALTER CAMPANATO/ABR